

Instituto de Financiamento da Agricultura  
e Pescas, I. P.

Aviso n.º 3779/2011

**Procedimento concursal comum para preenchimento de 1 (um) posto de trabalho na carreira/categoria de Técnico Superior, na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, a constituir por contrato de trabalho em funções públicas, do mapa de pessoal do IFAP — Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, IP, do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.**

Lista unitária de ordenação final dos candidatos

Em cumprimento do disposto no artigo 34.º e nos termos do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, e por indicação expressa do respectivo júri, faz-se público que, no procedimento concursal supra mencionado, aberto pelo Aviso n.º 6826/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 66, de 06 de Abril de 2010, com a Ref.º 2/CCO, foram atribuídas aos concorrentes admitidos e aprovados nos métodos de selecção as seguintes classificações finais:

Candidatos aprovados:

Nome	Classificação
Ana Paula Carona Henriques . . . . .	14,27
Adelino Mendes da Silva Paiva . . . . .	10,67

Candidatos excluídos na aplicação do método de selecção Avaliação Curricular por terem obtido classificação inferior a 9,5 valores, conforme dispõe o n.º 13 do artigo 18.º da Portaria 83-A/2009 de 22 de Janeiro (por ordem descendente da classificação):

Nome	Classificação
José António Augusto Peres . . . . .	6,73
Flávia Andreia Lopes Pessoa . . . . .	6,46
João da Costa Marreiros . . . . .	6,20

Candidatos excluídos na aplicação do método de Entrevista Profissional de Selecção por falta de comparência à entrevista (cf. Ponto 22 do Aviso n.º 6826/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 66, de 06 de Abril de 2010):

Filipa Isabel Passarinho Madeiras — Excluída.  
Telmo Luís Teixeira Galveia — Excluído.

A presente lista unitária de ordenação final foi homologada por despacho, de 29/12/2010 da Senhora Presidente deste Instituto e encontra-se afixada nas nossas instalações e publicada na página electrónica deste Serviço, notificada aos candidatos, nos termos da alínea d) do n.º 3 do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2010.

28 de Janeiro de 2011. — A Presidente do Conselho Directivo, *Ana Isabel Caeiro Paulino*.

204280504

Instituto Nacional de Recursos Biológicos, I. P.

Aviso n.º 3780/2011

No cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que, na sequência de procedimento concursal, publicado através do aviso n.º 1370/2010, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 14, de 20 de Janeiro, foram celebrados contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, sujeitos a períodos experimentais, de 180 dias, correspondentes às durações determinadas pelo disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 76 do RCTFP, conjugado com o n.º 2 da cláusula 6.ª do Acordo colectivo de trabalho n.º 1/2009, de 28 de Setembro e Regulamento de extensão n.º 1-A, de 2 de Março, para a carreira técnica superior com efeitos a 14 de Janeiro de 2011, com os trabalhadores Rita Alexandra da Silva Branco Barbosa e Bruno da Silva Jesuino, ambos auferindo as remunerações correspondentes à 2.ª posição e nível 15 da tabela remuneratória única.

27 de Janeiro de 2011. — A Presidente do Conselho Directivo, *Rosa Sá*.  
204280237

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Secretaria-Geral

Despacho n.º 2544/2011

Com a publicação da Portaria n.º 573-E/2007, de 30 de Abril, foi aprovada a estrutura nuclear da Secretaria-Geral do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e definidas as respectivas atribuições e competências, tendo a Portaria n.º 573-D/2007, de 30 de Abril, fixado em nove o número máximo de unidades flexíveis deste Serviço, pelo que se torna necessário nomear os dirigentes, por forma que seja assegurado o normal funcionamento do Serviço.

Considerando que se encontra vago o lugar de director de serviços Jurídicos e do Contencioso da Secretaria-Geral do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações;

Considerando o perfil, a competência técnica e a aptidão da técnica superior do mapa de pessoal da secretária-geral do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, licenciada Alda Oliveira Costa Rodrigues, e que a mesma possui os requisitos legais exigidos no n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, alterada pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, e pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, para provimento no cargo, conforme decorre da nota curricular anexa ao presente despacho;

Nos termos e ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 27.º e do n.º 9 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, alterada pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, e pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril:

1 — Nomeio a licenciada Alda Oliveira Costa Rodrigues, do mapa de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, para exercer, em regime de substituição, o cargo de Director de Serviços Jurídicos e do Contencioso da Secretaria-Geral do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

2 — A presente nomeação produz efeitos a partir de 1 de Fevereiro de 2011.

28 de Janeiro de 2011. — A Secretária-Geral, *Isabel Maria Marques de Carvalho Pimentel da Silva*.

Nota curricular

1 — Identificação:

Nome: Alda de Oliveira Costa Rodrigues.  
Data de nascimento: 18 de Dezembro de 1961.  
Nacionalidade: portuguesa.

2 — Habilitações académicas: Licenciatura em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa, concluída em Julho de 1988.

3 — Actividade Profissional:

Desde Março de 1991 até Dezembro de 1998, Consultora Jurídica da Secretaria-Geral do Ex-Ministério do Planeamento da Administração do Território;

De Janeiro de 1998 a Agosto de 1998, prestou assessoria jurídica ao Conselho de Administração do Secretariado para as Conferências da Juventude e para o Festival Mundial da Juventude 98 Portugal;

De Agosto de 1998 a Março de 2006, consultora jurídica da Secretaria-Geral do — Ex-MEPAT;

De Março de 2004 a Novembro de 2004, destacada na Auditoria Jurídica do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação;

De Março de 2006 até à presente data, consultora jurídica e técnica superior da Secretaria-Geral do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, a exercer funções na Direcção de Serviços Jurídicos e do Contencioso.

4 — Formação profissional: Frequentou diversas acções de formação nas áreas do direito administrativo e do direito comunitário.

5 — Outras actividades relevantes:

Leccionou no Instituto Novas Profissões, a cadeira de Introdução ao Direito ao 1.º Ano de Organização e Gestão de Empresas desde o ano lectivo de 1993-1994 até 1996;

Formadora no Ex — MPAT na área do regime jurídico da Função Pública.

204282862